

**HABEAS CORPUS Nº 542.771 - PR (2019/0325178-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**ADVOGADOS** : SERGIO ROBERTO RODRIGUES PARIGOT DE SOUZA -  
PR011078  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : JOSE ROBERTO CARDOSO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ROBERTO CARDOSO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ no julgamento do Agravo em Execução Penal n. 0011692-72.2019.8.16.0013.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, em virtude da regressão cautelar do apenado ao modo fechado em razão do cometimento de falta grave consistente em descumprimento de condição imposta no regime aberto, aduzindo que o sentenciado é pessoa em situação de rua e não foi intimado do *decisum*, tampouco foram esgotadas as diligências para sua localização.

Requer a concessão da ordem constitucional para que seja afastada a suspensão cautelar do regime aberto, expedindo-se o contramandado de prisão e determinando-se a intimação pessoal do paciente acerca das condições impostas.

A liminar foi indeferida.

Informações foram prestadas.

O MPF manifestou-se pela denegação da ordem.

É o relatório.

A princípio, o pedido deduzido na inicial não comporta conhecimento na via eleita, já que formulado em flagrante desrespeito ao sistema recursal vigente no âmbito do Direito Processual Penal pátrio, tendo em vista a impetração se destinar a atacar acórdão contra o qual seria cabível a interposição de recurso específico para tal fim, nos termos do artigo 105, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de se verificar a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça.

Durante a execução da pena do paciente, ficou constatada a prática de falta grave, pois descumpriu condição do regime aberto, nos termos do art. 50, inciso V, da LEP, o que ensejou a sustação cautelar da prisão albergue, tendo sido determinada a intimação do paciente para justificação, o que não foi concretizado, ante a sua não localização para ser notificado, razão pela qual foi expedido o mandado de prisão para o cumprimento da pena em regime fechado (e-STJ fl. 37).

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução, o qual restou improvido pelo Tribunal de origem, nos seguintes termos:

*"Conheço do recurso de agravo, pois presentes seus pressupostos de admissibilidade.*

*Depreende-se do atestado de pena juntado aos autos que o agravante foi beneficiado com a progressão para o regime aberto, em 22/10/2018, sob algumas condições (mov. 46.1), das quais restou ciente, em 14/11/2018 (mov. 68.1 e 68.2).*

*Entretanto, a obrigação de comparecimento bimestral em Juízo restou descumprida, o que incorreu na suspensão cautelar do regime aberto (mov. 92.1, autos de execução 1361-48.2016.8.16.0009).*

*Tendo em vista que, foram impostas condições ao agravante para que fizesse jus ao regime aberto e este, mesmo ciente, deixou de cumpri-las, acertada a decisão do Juízo da Execução ao suspender, cautelarmente o regime aberto até a devida justificativa do descumprimento.*

*Intimado a se manifestar (mov. 97.1, autos de execução 1361-48.2016.8.16.0009), o agravante não foi localizado (mov. 99.1, autos de execução 1361-48.2016.8.16.0009), razão pela, foi expedido o mandado de prisão para a remoção ao regime fechado (mov. 102.1 e 105.1, autos de execução 1361-48.2016.8.16.0009), em cumprimento ao art. 118, I da LEP.*

*Nota-se que, até o momento, o agravante não compareceu em Juízo para justificar o descumprimento das condições impostas no regime aberto (art. 50, V da LEP), frustrando, assim, a execução penal, o que torna possível a regressão cautelar de regime (art. 118, §1º da LEP)." (e-STJ fls. 9/14)*

Da análise dos autos, constata-se que a conduta perpetrada, no presente caso, caracteriza a falta grave pelo descumprimento de condições obrigatórias impostas na LEP, circunstância apta a autorizar a aplicação de sanção disciplinar, nos termos em que procedido.

Como visto, o apenado deixou de comparecer em Juízo, descumprindo uma das condições impostas para a progressão ao regime aberto. Ato contínuo, foi cautelarmente suspenso o regime aberto, até que se justificasse, tendo sido intimado a se manifestar. Contudo, não foi localizado. O que ensejou a expedição de mandado de prisão em seu desfavor para a "remoção ao regime fechado" (e-STJ fl. 37), providência que não se mostra inidônea.

Ressalte-se que o entendimento deste Sodalício é que a manutenção do endereço atualizado junto ao Juízo é obrigação do apenado, de forma que a inobservância de tal procedimento dispensa o esgotamento de meios para sua localização, diante do

compromisso assumido por ele.

Nesse sentido:

*PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. ARTS. 125, INCISO XIII, DA LEI N. 6.815/1980, E 304 C.C. 299, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO DIREITO DE ASSISTÊNCIA CONSULAR POR OCASIÃO DA PRISÃO DO ESTRANGEIRO. ABOLITIO CRIMINIS DO TIPO DO ART. 125, INCISO XIII, DA LEI N. 6.815/1980. MATÉRIAS SOBRE AS QUAIS A CORTE DE ORIGEM NÃO SE PRONUNCIOU. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO CAUTELAR. NÃO OBSERVÂNCIA DOS SEUS REQUISITOS. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. CUMPRIMENTO DEFINITIVO DA REPRIMENDA. RESTRITIVAS DE DIREITOS. PACIENTE NÃO LOCALIZADA. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. POSSIBILIDADE. REGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. BIS IN IDEM. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*- O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem, de ofício.*

*- O Tribunal de origem não se pronunciou sobre o tema da ausência de notificação do direito de assistência consular por ocasião da prisão da paciente, de maneira que não poderia esta Corte Superior de Justiça decidir sobre a matéria, em supressão de instância.*

*- No caso, não mais se trata de prisão cautelar, mas de cumprimento definitivo de sentença condenatória, nos Autos da Execução Penal n.*

*0010248-02.2016.403.6110, não tendo sentido a tese defensiva relativa aos requisitos da custódia preventiva.*

*- A matéria da abolitio criminis do tipo do art. 125, inciso XIII, da Lei n. 6.815/1980, não tendo sido nem mesmo devolvida à Corte Regional Federal, a princípio, também não pode ser objeto de apreciação por este Superior Tribunal de Justiça, sob pena de excessivo alargamento de sua competência constitucional.*

*- A Lei de Execução Penal, em seu art. 181, § 1º, "a", determina que se convertam as penas restritivas de direito impostas em respectivas penas privativas de liberdade, com a notícia de que o condenado se encontra em local incerto e não sabido ou que desatenda à intimação por edital. O próprio acusado deixou de cumprir, espontaneamente, com a obrigação de atualização do seu endereço, motivo pelo qual não poderia, agora, arguir nulidade a que ele mesmo deu causa. (HC n. 379.336/MA,*

# Superior Tribunal de Justiça

**Relator Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 9/5/2017).**

[...]

*- Habeas corpus não conhecido. - Ordem concedida, de ofício, para garantir à paciente o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime aberto.*

(HC 458.881/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 09/04/2019 - grifo nosso)

Confira-se:

*HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. INTIMAÇÃO PARA O INÍCIO DO CUMPRIMENTO. SENTENCIADO NÃO LOCALIZADO NOS ENDEREÇOS INFORMADOS NOS AUTOS. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REGRESSÃO SIMULTÂNEA À CONVERSÃO. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESSA EXTENSÃO, CONCEDIDA EM PARTE.*

*1. A ausência de manifestação do tribunal de origem sobre o tema suscitado na impetração impede sua cognição por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. 2. Não se vislumbra a alegada ofensa ao princípio da ampla defesa, uma vez que houve a efetiva tentativa de intimação do sentenciado para iniciar o cumprimento da pena, mas ele não foi encontrado nos endereços constantes dos autos.*

*3. O apenado deixou de comunicar a mudança de endereço ao juízo da execução, ônus que lhe competia, segundo o entendimento deste Superior Tribunal, inexistindo a necessidade de se esgotar todos os meios para envidar sua localização, a fim de se perfazer obrigação por ele assumida.*

[...]

*5. Ordem parcialmente conhecida e, nessa extensão, concedida em parte apenas para afastar a regressão cautelar de regime imposta ao paciente.*

(HC 405.529/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 16/10/2017 - grifo nosso)

Em tal contexto, devidamente demonstrada a caracterização da circunstância apta à regressão do benefício, a alteração do entendimento apresentado na origem, exigiria o revolvimento de fatos e provas o que é inadmissível na via eleita.

Nesse sentido, confira-se:

*EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FALTA GRAVE.*

*INOBSERVÂNCIA DE DEVERES PELA APENADA. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA FALTA MÉDIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONSTATADA ILEGALIDADE FLAGRANTE NA FRAÇÃO APLICADA DE PERDA DOS DIAS REMIDOS. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.*

*I - Não mais se admite, perfilhando o entendimento do col. Pretório Excelso e da eg. Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, a utilização de habeas corpus substitutivo quando cabível o recurso próprio, situação que implica o não conhecimento da impetração. Contudo, no caso de se verificar configurada flagrante ilegalidade, recomenda a jurisprudência a concessão da ordem de ofício. II - "A análise da tese de não-configuração da falta grave, ou de desclassificação para falta de natureza média, não se coaduna com a via estreita do habeas corpus, dada a necessidade, no caso, de incursão na seara fático-probatória, incabível nesta sede [...]" (HC n. 259.028/SP, Quinta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Laurita Vaz, DJe de 7/3/2014). [...] Ordem concedida, de ofício, apenas para determinar que a instância a quo decrete a perda de dias remidos - até o limite de 1/3 (um terço) -, de modo fundamentado, com esteio na atual redação do art. 127 da LEP, conferida pela Lei 12.433/2011.*

*(HC 380.500/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017)*

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. FALTA GRAVE HOMOLOGADA APÓS REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. NOVA OITIVA DO APENADO. DESNECESSIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA OU SUA DESCLASSIFICAÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. 1. Segundo a jurisprudência desta corte, "é desnecessária nova oitiva do apenado em juízo antes da homologação da falta grave se a ele foi oportunizado manifestar-se no âmbito do procedimento administrativo instaurado para apuração da infração disciplinar, devidamente acompanhado de defesa técnica" (HC n. 321.366/SP, Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, DJe 3/8/2015). 2. A discussão sobre a configuração da infração disciplinar ou até mesmo a sua desclassificação para falta de natureza média ou leve demandaria o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus. (grifo nosso) 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 356.071/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017).*

Portanto, em que pese os argumentos apresentados neste *mandamus*, não

# *Superior Tribunal de Justiça*

merece acolhida a insurgência defensiva.

Desse modo, não evidenciada a suscitada coação ilegal, com amparo no art. 34, XX, do RISTJ, **não se conhece do writ**.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator